

NOTAS DE SÍNTESE: UMA CARTOGRAFIA DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DE DISSERTAÇÕES E TESES

Melina Kerber Klitzke

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Tiago Ribeiro Santos

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ione Ribeiro Valle

Doutorado em Ciências da Educação pela Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

Professora adjunta do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

INTRODUÇÃO: O ENEM E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O ano de 2009 marca o início de uma nova fase do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).¹ Diretamente ligado às políticas de educação do governo federal brasileiro, o “novo Enem” compõe três objetivos publicamente divulgados pelo Ministério da Educação (MEC): servir à “democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior”; “à mobilidade acadêmica” e à “indução da reestruturação dos currículos do ensino médio”. Estes objetivos marcam notadamente características diferentes daquelas que o exame expressava desde sua criação em 1998 que fundamentalmente avaliava o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica. Diferente do “novo, o “antigo” Enem não privilegiava o acesso ao ensino superior público.

O “novo” Enem então amplia sua função como exame, implicando classificações ordenadas pelos rendimentos individuais que conferem tanto direito quanto impedimento de os alunos entrarem no ensino superior público. A partir daí o Enem se aproxima dos vestibulares tradicionais que recrutam alunos para ingressar nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no entanto, também se distancia destes porque centraliza num único vestibular as chances de acessar uma universidade pública em qualquer estado do país. O “processo unificado de seleção” se configura no novo Enem em oposição aos vestibulares descentralizados – o vestibular da Usp, da Unicamp, da Ufsc, por exemplo – contando que estes “favorecem aqueles estudantes com mais condições de se deslocar pelo país” (MEC, 2013). A “centralização do processo seletivo nas Ifes pode torná-lo mais isonômico em

¹ Até 2008, esse Exame estava composto por 63 questões interdisciplinares sem ligações diretas com os conteúdos do Ensino Médio e não possibilitava a comparação das notas a partir do acesso individual de cada aluno à internet. A partir de 2009, o Exame passa a ser dividido em quatro áreas do conhecimento com 45 questões cada, somando um total de 180 questões, possibilitando a comparação de resultados dos alunos ao longo do tempo.

relação ao mérito dos participantes”, lembra a “Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (MEC, 2013).

Os esforços políticos que procuram remanejar o sentido do Enem revelam a confiança depositada sobre ele como instrumento de democratização da educação porque capaz de operar seleções democraticamente. O exame neste sentido representa lugar onde estão depositadas certas esperanças de transformação social que aliviem o quanto possam as diferentes formas de desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Esta confiança refletida em razoável otimismo pode se expressar tanto na esfera política quanto científica. O trabalho de Andriolla (2011) destaca doze motivos favoráveis à adoção do Enem pelas Ifes.

No tocante à democracia, Dubet (2008) afirma que sociedades democráticas consideram que todos os indivíduos são livres e iguais em princípio, justificando assim que a igualdade de oportunidades é a única forma de produzir o que o autor chama de “desigualdades justas”. Ainda segundo o autor, se a igualdade de oportunidades não se realiza não é somente porque a sociedade é desigual, mas também porque o jogo escolar é mais promissor aos mais favorecidos, produzindo resultados razoavelmente cruéis aos “perdedores” da competição escolar tais como:

[...] os alunos mais fracos, que são também os menos favorecidos socialmente, são “evacuados” para as habilidades relegadas, de baixo prestígio e pouca rentabilidade. O fato de não haver mais seleção social fora dos estudos não impede que haja, através da seleção escolar, uma seleção social durante os estudos. (DUBET, 2008, p. 28).

Podemos considerar o ENEM, entre outras formas de exame, um instrumento responsável por orientar exclusões à medida que distingue agentes segundo seus méritos. Deste modo, o Enem confere simultaneamente tanto títulos consagradores quanto estigmatizantes. Segundo Valle (2010, p. 20), as apostas em matéria de educação têm sido depositadas na democratização do ensino, no entanto, “essa noção não parece mais dar conta da complexidade que envolve a escolarização infantil ao ensino superior” à medida que “ampliar o acesso à escola não garante a igualdade de oportunidades”, tampouco o sucesso escolar de estudantes socialmente menos favorecidos. Deste modo, como aponta Dubet (2008, p. 48), a “igualdade de oportunidades” tem se tornado uma “ficção necessária”, afinal, esta ficção atua como motivação que, se ao menos não permite que realizemos a igualdade de modo satisfatório, se coloca como ideal a ser perseguido, ou seja, como crença que alimenta expectativas. No entanto, acreditamos, esta crença na igualdade pode estar sujeita a “esfarelar-se” à medida que os estudantes sabem que alguns deles são mais “dotados” que outros, que

são economicamente e culturalmente desiguais entre si e que há instituições de ensino melhores e outras piores, levando-os a desacreditar naquela “ficção”.

Poderá ser observado ao longo deste trabalho que a função democratizadora do Enem é interrogada pelas pesquisas aqui apresentadas. Estas notas possibilitam a visualização do estado das pesquisas acerca do Exame, indicando as formas de interesse mais gerais que mobilizam a comunidade científica.² De acordo com a pluralidade destas formas de interesse, as pesquisas não se reduzem à relação Enem-democracia, com efeito, marcam o espaço que elas ocupam em relação às demais pesquisas sobre o Exame. Daí cabe-nos antes explorar o gênero “notas de síntese” para destacar suas características e funções.

NOTAS DE SÍNTESE: UMA CARTOGRAFIA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

O gênero “notas de síntese”, lembra Sirota (2001), aparece na França em 1978 na forma de rubrica na *Revue française de pédagogie*. Desenvolvida por Jean Hassenfonder, na ocasião, a rubrica informava o desejo da revista em participar do esforço de disponibilizar a evolução das pesquisas no domínio das ciências da educação, construindo um inventário de trabalhos recentes que oriente não apenas especialistas, mas também estudantes e professores a partir de um “guia para uma reflexão mais aprofundada”, conforme Notas da Redação (1978, p. 93) da revista. Sirota (2001) lembra também que Jean-Claude Forquin impulsionou este gênero ao escrever as três primeiras notas de síntese na França, embora o gênero já fosse corrente em países anglo-saxões e na Alemanha a partir de expressões como *review of literature*, *trend review* e *state of art*.

Na fase de conclusão de sua tese sobre a escola primária, Sirota (2001, p. 43) descobre um pouco tarde, segundo ela, “catastroficamente ou felizmente”, correntes sociológicas anglo-saxãs que se interessavam pelo mesmo tema, o que a levou a explorar esta literatura. Este relato, supomos, exemplifica um princípio científico: a concessão de valor aos esforços e às aquisições anteriores da prática científica. O reconhecimento desses esforços constrói de algum modo a história das práticas científicas à medida que orienta novos empreendimentos. E estes esforços podem ser portanto organizados a partir de notas de síntese que podem representar uma verdadeira “cartografia”.

Cabe a este texto então o desafio de construir uma cartografia dos trabalhos realizados acerca do Exame Nacional do Ensino Médio. No entanto espera-se, presunçosamente, que

² As pesquisas não citadas ao longo deste trabalho foram geralmente aquelas onde as expressões “Enem” ou “Exame Nacional do Ensino Médio” aparecem uma única vez nos resumos, não sendo retomadas ao longo dele.

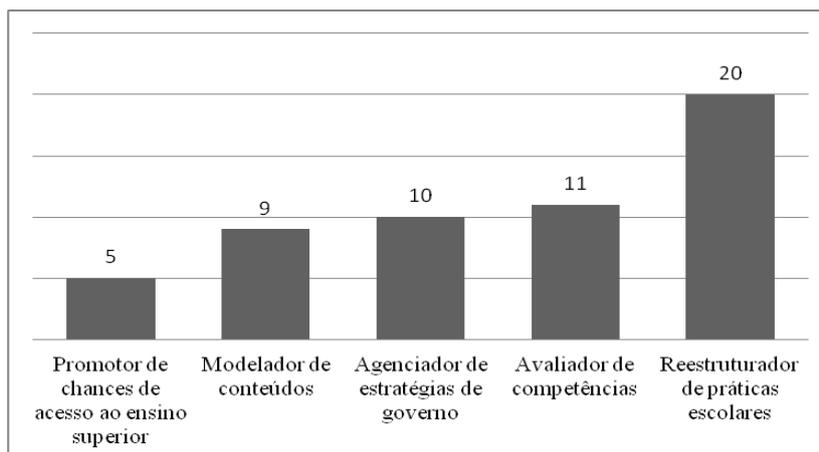
este esforço não se limite apenas a indicar pesquisas realizadas. Espera-se que ele ofereça um *sensu de localidade* aos leitores e possíveis autores das demais pesquisas que possam surgir em relação ao Enem. Deste modo, além deste caráter documental e organizacional, ao oferecer um senso de localidade, o empreendimento deste texto é também uma forma de estimular a ocupação de lugares não localizados, isto é, estimular a exploração dos lugares menos explorados, preenchendo eventualmente lacunas do espaço científico.

Para tanto, em busca de pesquisas sobre o Exame Nacional de Ensino Médio, preenchemos o filtro “ASSUNTO” com a expressão “ENEM”, na primeira pesquisa, e “Exame Nacional do Ensino Médio”, na segunda, no site do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Preenchemos também o filtro “NÍVEL” com as opções “Mestrado” e “Doutorado” com o objetivo de obter pesquisas provenientes apenas de cursos *stricto-sensu*, desconsiderando portanto trabalhos do “NÍVEL” “Profissionalizante”. As buscas totalizaram 232 pesquisas. E após a leitura dos resumos, subtraímos 62 pesquisas que não se referiam ao Enem (porque referentes ao “enema”, termo da área da medicina; e ao “Encontro Nacional de Ensino da Matemática”), obtendo número líquido de 170 trabalhos.

Para reunir o maior número de trabalhos que se referiam prioritariamente ao Enem, destacando-os, nos ativemos àqueles que continham a expressão “ENEM” ou “Exame Nacional do Ensino Médio” no título ou entre as palavras-chave, sem desconsiderar no entanto os que, embora não trouxessem essas expressões, assim mesmo apreendiam o Exame como objeto principal ao longo do resumo. Este corte resultou em 70 pesquisas que serão, a maior parte delas (55, 75%)³, referenciadas ao longo do texto em cinco categorias expostas no início de cada item. O gráfico abaixo exhibe estas pesquisas:

Gráfico 2 – Número de pesquisas referenciadas no texto de acordo com as categorizações

³ Embora contivessem a expressão “ENEM” ou “Exame Nacional de Ensino Médio” no título ou nas palavras-chave, 25% dos resumos analisados não serão mencionados neste trabalho. Este índice percentual se refere àqueles resumos que mencionavam o ENEM duas vezes ou menos que, conseqüentemente, indicam posição periférica do Exame em relação às demais questões abordadas nestes resumos.



Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

O método de recolhimento das informações também variam de acordo com cada pesquisa. Podemos no entanto destacar os métodos enunciados direta ou indiretamente nos resumos conforme tabela abaixo. Estas categorizações se baseiam nos principais métodos que, de modo geral e desconsiderando suas variantes, expressam Quivy e Campenhoudt (1992) no *Manual de Investigação em Ciências Sociais*:

Tabela 1 – Métodos de recolhimento de informações identificados nos trabalhos

Análise de dados preexistentes	34
Entrevista	16
Questionário	6
Observação Direta	2

Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

As categorizações aplicadas neste trabalho devem ser tomadas como uma tentativa de agrupar pesquisas provenientes de diferentes campos do conhecimento. Estas pesquisas constroem seus objetos e problemas científicos com relativa autonomia, logo, interessam-se por diferentes temáticas e apoiam-se em diferentes matrizes epistemológicas. Esta autonomia relativa, conseqüentemente, faz do ajustamento destas pesquisas às categorias nem sempre tarefa livre de conflitos. São conflitos inerentes à pluralidade das mesmas. No entanto, se as categorizações podem velar a pluralidade de temas, elas têm ao menos a virtude de destacar os pontos de acordo mais visíveis que orientam estes trabalhos, constituindo apanhados de motivações científicas em comum.

O trabalho de categorização pertence às formas de organização destas pesquisas. Neste sentido, Reis (2009) investiga a produção acadêmica a respeito do Enem de 1999 a 2007,

concentrando esta produção em quatro categorias: o Enem como instrumento “(re)orientador das práticas pedagógicas”; “aferidor de competências e habilidades do educando”; “propulsor das escolhas futuras” e “de avaliação das políticas institucionais”. Para isso, o autor investiga os resumos disponíveis no Banco de Teses da CAPES. Por sua vez, recorrendo aos periódicos nacionais publicados entre 1995 e 2001, Almeida (2003) documenta e procura compreender o conhecimento acumulado sobre as políticas públicas de avaliação no Brasil. A autora agrupa pesquisas relativas ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ao Exame Nacional de Cursos (ENC) e ao Enem a partir das categorias “tipologia textual”, “temas relevantes” e “contribuições”.

A organização apresentada a seguir, ao mesmo tempo em que colabora com os esforços de Reis (2009) e Almeida (2003), destaca entre suas categorias o Enem como instrumento de democratização, neste sentido, expresso como promotor de chances de acesso ao ensino superior. O sentido democrático do exercício do Enem tende conseqüentemente a estimular esperanças em relação ao prolongamento dos estudos, no entanto, esperanças que não contam com a garantia de serem realizadas uma vez que este prolongamento deriva do desempenho de cada indivíduo que participa, quer queira ou não, competitivamente do exame. Daí cabe às categorizações a partir de agora apresentadas destacar esta e a outras formas de abordagem do Enem, tornando visíveis os interesses científicos mobilizados sobre ele.

PROMOTOR DE CHANCES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Antes de considerar o Exame como promotor de acesso ao ensino superior, podemos considerá-lo como gerador de *chances* a este acesso. A partir do termo *chance*, acrescentamos ao Enem o sentido probabilístico de sua função de fazer ingressar seus examinandos no ensino superior. Neste sentido, os examinandos estão sujeitos tanto aos “estigmas da eliminação” – que se acentuam ao passo que as disputas pelas vagas no ensino superior se tornam mais acirradas – quanto às “consagrações da eleição”, efeitos do caráter seletivo e excludente do sistema de ensino (BOURDIEU, 1982). O ENEM se apresenta então como um instrumento da seleção que o sistema de ensino executa, atribuindo aos alunos aspirantes ao ensino superior posições que resultam de rendimentos individuais medidos pelo próprio exame. O caráter democrático do exame conseqüentemente evidencia ambigüidades, contando que para incluir alunos no ensino superior, inevitavelmente, elimina outros.

Tabela 2 – Pesquisas sobre o ENEM como promotor de chances de acesso ao ensino superior, seguida de ano do trabalho, autor, título e tipo (dissertação ou tese)

2002	FAMBRINI, Valéria	O impacto do Enem no processo seletivo da PUC-SP	D
2004	FELIPE, Jesse P.	O ENEM como Elemento Democratizador do Acesso ao Ensino Superior [...]	T
2002	MEDEIROS, Nina R. D.	ENEM e a questão da democratização do acesso à graduação	D
2001	MIOLLO, Neida R. P.	O ENEM como Instrumento de Acesso ao Ensino Superior de Santa Catarina	D
2005	LIMA, Kátia R. R.	A reforma do Estado e da Educação no Governo Fernando Henrique Cardoso:	T

Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

No tocante à democratização do ensino superior, tema razoavelmente visível nas pesquisas indicadas, observamos que o ENEM não exerce influências efetivas. Se estas pesquisas interrogam o caráter democratizador do Exame, que se expressa nas condições das chances oferecidas no acesso ao ensino superior, supomos que elas se devem à constatação de que o ENEM ainda não cumpre expectativas sociais amplamente compartilhadas. No entanto, estas pesquisas não interrogam explicitamente as formas de avaliação das repostas dos examinandos às questões do Exame que, conseqüentemente, nomeiam “eleitos” em detrimento dos nomeadamente “eliminados”. Passaremos, portanto às pesquisas que exploram esta dimensão do ENEM a seguir.

AVALIADOR DE COMPETÊNCIAS

As pesquisas deste grupo conferem primazia aos modos de avaliação dos resultados dos examinandos no Enem. Neste sentido observamos que o exame é abordado como instrumento avaliador que antecede o caráter seletivo, conforme indicamos no item anterior. Estas pesquisas pressupõem implicitamente que o exame dispõe de autoridade para avaliar competências e conseqüentemente atribuir classificações aos examinandos, logo, vereditos escolares que contam com a legitimidade do próprio exame e do sistema educacional de modo amplo. O exame comporta então razoável autonomia para aplicar critérios de avaliação que são analisados nos trabalhos a seguir. Neste sentido observamos que estes trabalhos se detêm sobre as questões, as redações, os avaliadores dos exames etc. que representam modos práticos de avaliar as competências.

Expressões como “piores desempenhos”, “baixo grau de eficiência” e “baixo rendimento” fazem parte do vocabulário destas pesquisas que apreendem o Exame como produtor destas qualidades. Desta forma pressupõem autoridade que permite ao Enem tanto qualificar quanto desqualificar por intermédio de mecanismos internos como as questões objetivas, as redações ou as formas de avaliação destas.

Tabela 3 – Pesquisas sobre o ENEM como avaliador de competências.

2009	ANDRADE, Verônica S.	A competência comunicativa nas provas de redação [...]	D
2009	LUNA, Ewerton Á. A.	Avaliação da produção escrita no Enem	D
2004	ARAUJO, Fabíola E.	Um estudo sobre a coerência em redação do ENEM produzidas no Paraná	D
2007	BORBA, Paloma P.	Leitura e interdisciplinaridade no contexto escolar	D
2008	PINHEIRO, Gisele M.	Redações do ENEM: estudo dos desvios da norma padrão	D
2009	PEREIRA, Luciene P. M.	Redação do ENEM: uma análise da (in)competência textual	D
2009	FRANÇA, Kátia C. F.	Da fala para a escrita: a instauração de um habitus	D
2010	RODRIGUES, Cleire M. A.	A escola de qualidade nas representações sociais de professores [...]	D
2007	EMERIQUE, Raquel B.	Imagens da qualidade do ensino	T
2011	SILVA, Denson A. P.	Desvelando o discurso das competências no ideário educacional brasileiro	D
2004	MARIANO, Vanderlei	Estudo dos fatores restritivos para um bom desempenho dos alunos [...]	D

Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Os estudos indicados nesse grupo pressupõem comumente que o insucesso dos alunos que participam do exame se deve às formas de avaliação dele. Deste modo se atribui ao processo avaliador a razão dos resultados do exame, não destacando ao mesmo tempo a influência de determinantes sociais como a elevação do nível de competição em torno dele. Mas, como pressupõem estas pesquisas, se o insucesso de uma parte dos alunos deriva da desarmonia entre as formas da avaliação do exame e o conteúdo expresso pelo examinando, esta condição tende a mobilizar comunidades escolares comprometidas em reduzir este insucesso. Neste sentido, a categoria a seguir destaca as pesquisas que mantêm em vista as implicações do ajustamento entre as práticas escolares e o exame.

REESTRUTURADOR DE PRÁTICAS ESCOLARES

Os trabalhos pertencentes a este grupo primam pelas influências que o Enem exerce no cotidiano escolar, reestruturando práticas de professores e alunos. Observamos então manifestações de adequações ou tensões simbólicas nas comunidades escolares estudadas. Frente a isto, os trabalhos apreendem o exame como verificador legítimo de competências previamente desenvolvidas ao longo das experiências escolares dos examinandos. As tensões e adequações sinalizam a força que o Exame exerce sobre as práticas escolares, interferindo no planejamento pedagógico, reduzindo notadamente a autonomia da comunidade escolar e tendendo-a a corresponder às exigências objetivas que resultam, por exemplo, em *rankings* escolares. Neste sentido trata-se de pesquisas dispostas a dar voz aos corpos docente e discente que expressam suas relações com a autoridade que o exame representa frente às políticas de avaliação escolar.

Tabela 4 – Pesquisas sobre o ENEM como reestruturados de práticas escolares

2011	FERREIRA, Sérgio D.	Análise das questões do ENEM da área de Ciências Naturais pelo enfoque CTS.	D
2011	ALVES, Alini R,	Propostas teórico-metodológicas do ENEM	D
2011	BIASUS, Sonia T.	Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): (in)congruências curriculares	D
2010	SOUSA, Rosy-Mary M. O.	O Exame Nacional do Ensino Médio e a relação com o que é ensinado na escola	D
2010	FONSECA, Rosânia A. S.	ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio 1998-2007:	D
2010	CAMELO, Rafael S.	Exames curriculares e resultados educacionais	D
2009	MASCIO, Carlos C.	O exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	D
2009	SILVA, Claudene S.	O Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM e suas repercussões nos trabalhos pedagógicos [....]	D
2008	PEIXOTO, Karla C. Q. C.	Avaliação dos dados do ENEM (2005, 2006) do município de Campos dos Goytacazes-RJ:	D
2006	SANTOS NETO, Alípio D.	O processo de contextualização nas escolas públicas de ensino médio [...]	D
2006	MAGGIO, Isabel P.	As Políticas Públicas de Avaliação	D
2006	OLIVEIRA, Zeli A.	Saberes e práticas avaliativas no ensino de História	D
2005	STACCIARINI, Maria F.	O ENEM e o ensino da Língua Portuguesa	D
2004	COLOMBI, Fabiani C. C.	A Repercussão do Exame Nacional do Ensino Médio na Escola Pública Estadual:	D
2004	VILHENA, Marcos V. P.	Um estudo exploratório sobre a adequação dos conteúdos ensinados pelas escolas [...]	D
2004	SILVA, Elaine C. V.	Uma experiência de produção de textos na escola pautada nos critérios do ENEM	D
2003	PAIVA, Manoel R.	A Matemática Escolar e o ENEM (1998-2002): o aparecimento de uma nova vulgata?	D
2002	PERAZZO, Maria A. F.	O ensino médio em tempos de ENEM	D
2002	SILVA, Elisabete F.	A prova do ENEM: o olhar dos alunos do curso de Licenciatura em Matemática da UEPG [...]	D
2000	COSTA, Claudio F.	O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma perspectiva de professores de matemática	D

Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Se o acesso ao ensino superior pode ser mediado pelo Enem, nos trabalhos acima podemos observar tensões relativas às adequações das práticas escolares e às exigências do exame. Embora não evidenciem esta função mediadora, os trabalhos destacam o sentimento tanto de alunos quanto professores em relação à influência que o exame exerce nas suas atividades, justificando assim o uso de entrevistas, questionários e grupos focais para coleta de dados. Mas enquanto primam pelos discursos de alunos e professores, representando formas de lidar com a escola e o exame, estes trabalhos se distanciam do discurso político que constitui o Enem, logo, discursos tanto implícitos quanto explícitos que procuram justificar a necessidade escolar e social dele. Os trabalhos a seguir completam esta rede de relação em que o Exame está inserido.

AGENCIADOR DE ESTRATÉGIAS DE GOVERNO

As pesquisas a seguir apreendem o Enem como organização subordinada às políticas de Estado. Estas pesquisas tendem a recorrer às perspectivas teóricas críticas que de algum modo “minam” o Exame à medida que interrogam os princípios do discurso educacional face às vontades e necessidades da governança política. Observa-se então que estas pesquisas,

primando por métodos de análise documental, interessassem-se pelo caráter supostamente ideológico do Enem. O Exame representa resultado deste caráter, distanciando-se da imagem de prática educacionalmente autônoma e politicamente neutra.

Tabela 5 – Pesquisas sobre o ENEM como agenciador de estratégias de governo

2011	SILVA, Denson A. P.	Desvelando o discurso das competências no ideário educacional	D
2011	KEMAC, Ludmila	O Exame Nacional do Ensino Médio como gênero do discurso	D
2009	BENTO FILHO, Alexandre F.	O Exame Nacional de Cursos na Ótica do Jornal Folha de São Paulo	D
2009	ALVES, Paulo A. C.	ENEM como Política Pública de Avaliação	D
2007	ZIRONDI, Maria I.	Desvendando aspectos de linguagem no ENEM	D
2005	LOCCO, Leila A.	Políticas Públicas de avaliação	T
2003	MINHOTO, Maria A. P.	Avaliação educacional no Brasil	D
2003	MORAES, Zélia H.	Representações Midiáticas	T
2003	ZANCHET, Beatriz M. B. A.	A prática avaliativa do exame nacional do ensino médio	T
2001	LOPES, Kleber J. M.	Quando se tem a resposta e ainda não se sabe formular a pergunta	D

Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Os trabalhos deste grupo lembram que o compromisso político em relação à população se expressa também pela educação escolar. O Enem representa este compromisso que, colocado em questão, revela aspectos conservadores. Deste modo, produz-se descrédito com relação ao caráter socialmente transformador que os discursos sobre o exame abertamente expressam. Estes trabalhos invariavelmente, como todos então apresentados, agregam-se aos estudos relativos à educação escolar, logo, à formação humana mediada por instituições escolares e políticas, inibindo o aparecimento de temas como educação emancipatória, libertadora etc. sinalizando o estreitamento da relação entre exame e Estado.

MODELADOR DE CONTEÚDOS

Como observado, as pesquisas indicadas até então estabelecem relações entre a escola, Exame e a sociedade de modo amplo. Elas consideram então certa dialética entre estas ‘instituições’, ou seja, ‘instituições’ que coexistem e, por operarem uma sobre a outra, estão sujeitas a sofrerem influências mútuas, tensionando e adequando os agentes envolvidos a elas. As pesquisas abaixo dispensam relativamente a relação do Exame com as práticas escolares. Trata-se de pesquisas que conferem maior autonomia ao Exame, que pressupõem a capacidade dele produzir formas específicas aos conteúdos que expressa e, correntemente, abordam temas que não são necessariamente próprios do Exame, mas que se circunscrevem nele, modelando-os.

Tabela 6 – Pesquisas sobre o ENEM como modelador de conteúdos

2010	SOUZA, Edson R.	Leituras, limites e possibilidades de gráficos do ENEM no contexto do aquecimento global [...]	D
2010	GALVÃO, Daiane M.	Textualização do Tema "Mudanças Climáticas Globais" em Questões do ENEM [...]	D
2011	NUNES, Letícia B.	Ambientalização e ensino médio: um estudo das provas do novo ENEM – 2009	D
2004	JAMAL, Roberto M.	Álgebra na Educação Básica: as múltiplas sinalizações do que se espera [...]	D
2007	GOULART, Amari	O discurso sobre os conceitos probabilísticos para a escola básica.	D
2011	HIANE, Pedro	Questões de Matemática da UFMS e ENEM	D
2002	OLIVEIRA, Neil A. F.	ENEM: mecanismo de reformulação ou de avaliação do ensino de Língua Portuguesa?	D
2009b	SILVA, Vicente C.	Produção textual: diagnóstico de problemas e ações de mudanças	D
2001	CAPPI, Marucia C. B.	O ENEM: exame da cidadania	D

Fonte: Dados produzidos pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Estes estudos suspendem então a tensão entre agentes e instituição uma vez que analisam primordialmente documentos oficiais. Neste sentido observamos atenção maior das pesquisas aos conteúdos e menos às práticas sem, no entanto, deixarem de fazer críticas às possíveis práticas que o conteúdo poderia fazer resultar.

CONCLUSÃO

A leitura e a análise dos resumos relativos ao Enem nos permite observar a grande quantidade de pesquisas que provêm de diferentes matrizes epistemológicas e campos temáticos, revelando a pluralidade dos pontos de vista que constroem o Enem como objeto de estudo. Esta heterogeneidade pode representar um desafio àqueles dispostos a se debruçarem sobre o Enem uma vez que não indica pontos fixos, sólidos ou “tradições” sobre os quais o pesquisador possa se apoiar. O preconizado caráter democratizador do ENEM, que se expressa notadamente nas políticas que o formularam, no que concerne particularmente ao acesso à universidade pública, pode justificar o número relativamente baixo de pesquisas que interrogam este caráter. Estamos diante de um problema científico ainda em construção e constantemente sujeito às forças políticas que, quando acionadas, tendem a reorientar os pontos de vistas que constroem estes problemas.

Por sua vez, poucas pesquisas aqui apresentadas relacionaram o Enem às escolas particulares. Estas escolas, contando que tendem a dominar os rankings dos vestibulares descentralizados mais prestigiosos, tendem a dominar também o ranking centralizado do Enem. As mudanças ocorridas a partir de 2009 que representam o “novo” ENEM trazem consigo então a elevação do grau de disputas que se acirram em torno da “corrida pelas colocações”; acentuando interrogações a respeito do seu caráter democrático. Adiciona-se a isto a característica dele ser um exame nacional igualmente aplicado em todo o país, desconsiderando as culturas – no plural – notadamente brasileiras. Tudo se passa como se

esta condição de disputa desconsiderasse uma das teses que marca a sociologia da educação das décadas de 60 e 70 na França, notadamente, a partir das obras *Les Héritiers* (1964) e *La Reproduction* (1970) de Bourdieu e Passeron: que a escola, deste modo, também em seus exames, trata como iguais alunos em condições socialmente desiguais.

O atual estado da organização do Enem em face dos objetivos democráticos que o acompanham, por sua vez, pode proporcionar debates sobre formas de justiça social. Neste caso a instituição escolar ocupa o centro deste debate como instituição propulsora de justiça à medida que procura estabelecer interiormente relações justas, ou seja, no sentido pascaliano da palavra, justas porque contam com justificações que permitem comuns acordos. Deste modo, inevitavelmente, se confere em certa dose à escola a tarefa hercúlea de servir como modelo de instituição justa ao mesmo tempo em que está situada uma sociedade capitalista profundamente marcada pelas desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mariângela Camba de. Políticas **públicas de avaliação**: análise da produção acadêmica em periódicos nacionais 1995-2001. 2003.108p. Dissertação (Mestrado em Educação currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio**, v. 19, p. 107-126, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Les rites comme actes d'institution. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 43, juin. 1982.
- DUBET, François. **O que é uma escola justa?**: a escola das oportunidades. Trad. Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.
- RÉDACTION, Notes de la. Notes de synthèse. **Revue française de pédagogie**, Paris, n. 42, p. 93, janv-fév-mars. 1978.
- SIROTA, Régine. La note de synthèse, un instrument de structuration de la sociologie de l'éducation. **Revue française de pédagogie**, Paris, n. 135, p. 45-60, avril-mai-juin. 2001.
- VALLE, Ione Ribeiro. Justiça na escola: das desigualdades justas à igualdade sem adjetivos! In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; DAROS, Maria das Dores (Orgs) **Educação escolar e justiça social**. Florianópolis: NUP, 2010.
- REIS, Luciano André Carvalho. **ENEM**: um estudo sobre a produção acadêmica disponibilizada no Banco de Teses da CAPES (1999-2007). 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos. 2009.